

O ÚLTIMO EÇA**MIGUEL REAL****Matosinhos/Lisboa, Quidnovi, 2006**

A revisão crítica de um tema controverso como é o «último Eça» – o que mais tem dividido a comunidade interpretativa do autor – justifica só por si a leitura (necessariamente crítica, também) deste ensaio. Pela própria amplitude da «revisão» em causa, o trabalho empreendido por Miguel Real não é tarefa fácil nem se leva a cabo sem dedicação e sem paixão. Trata-se com efeito de um estudo informado e volumoso (com cerca de 200 páginas de texto, acrescidas de índices remissivos e bibliografia) que tem o mérito de oferecer uma sinopse evolutiva quer da obra, quer da crítica queirosiana do século XX. Para além desta componente descritiva-judicativa, que preenche cerca de metade da obra, uma 2.^a parte, de índole mais ensaística, é dedicada à problematização histórico-literária e ideológica do «último Eça» (anos 1888-1900) enquanto intérprete da sociedade epocal. Sob o signo do «humanismo ético», Miguel Real retoma a sempre renovada ambição de sintetizar a 'equação autor-obra', num esforço de reinterpretação pessoal que, sendo de saudar, fica não obstante aquém das expectativas suscitadas.

O texto de apresentação, em tom de desabafo catastrofista sobre o Portugal hodierno, deixa prever uma leitura de identificação ideológica com a obra queirosiana (vendo Eça como uma espécie de profeta-filósofo dos terríveis

males que afectam a pátria e o mundo actual...). Esta linha de apropriação, arriscada (porquanto tentadora) como sucede em geral com as transposições contextuais, será felizmente evitada no corpo do trabalho, redigido num registo analítico mais distanciado. A empatia permanece porém na tendência para imprimir à obra e ao pensamento do escritor uma orientação finalística, abraçando valores sociais com os quais o leitor actual facilmente sintoniza: Eça não será o burguês convertido ao conservadorismo, nem o corifeu do socialismo cristão, mas também não se ajusta ao perfil mais consensual de vencidista *blasé*, resignado ao individualismo artístico; trata-se, antes, na perspectiva do crítico, de um escritor *engagé* que soube encaminhar a generosa militância revolucionária da juventude no sentido de um «comprometimento ético universal, não cristão mas meta-histórico (...), não exclusivamente português mas europeu». Esta tese, enunciada nas primeiras páginas (13-14), inspira toda a leitura posterior, a que adiante me referirei.

Os leitores de Eça de Queirós encontram na 1.^a parte da obra um roteiro bastante completo e sistematizado da bibliografia activa e passiva do autor, reunindo e comentando uma informação pouco acessível ao público não especializado. Deve realçar-se o capítulo 3.^o (o melhor desta secção) onde se percorre com atenção um conjunto considerável de obras seleccionadas – algumas praticamente esquecidas – de

entre vasta produção crítica e biográfica dedicada a Eça. O trabalho de as contextualizar e apreciar individualmente supera em grande medida as conclusões preliminares algo apressadas e muito discutíveis do capítulo inicial (cf. pp. 36-7), intitulado «Historiografia dos Estudos Queirosianos»: seria oportuno saber qual o critério que justifica a valoração dos autores, para além do método «científico» por eles seguido; e teria sido conveniente não misturar estudos críticos e biográficos recentes. Menos feliz é o capítulo dedicado à evolução histórico-literária do autor: além de não trazer uma proposta efectivamente nova, como o auspicioso título prometia – mantendo na globalidade a tradicional divisão em três períodos e a respectiva demarcação –, introduz um esquema complicado de fases e tendências que espantilha, mais do que ilumina, a consabida evolução mental e estética do escritor.

A 2.^a parte contém a matéria principal do ensaio – a inflexão humanista de Eça, de acordo com as linhas de força que, segundo M.R., caracterizam as obras posteriores a *Os Maias*, a saber: predomínio da subjectividade e do ensaísmo em detrimento da representação realista; preferência por temas meta-históricos, repensando Portugal e a civilização ocidental; sensibilidade social, traduzida na «valorização do pobre» e na defesa de «uma solução política e civilizacional promotora do pão e da casa para todos». O relevo dado a este último aspecto compreen-

de-se melhor se atendermos ao conceito de humanismo adoptado: «filosofia defensora de uma autenticidade humana com intervenção social activa no sentido de generalizar o bem entre os povos sem a submissão a uma escola partidária ou filosófica única» (p. 135). Oscilando entre estes dois pólos (a sensibilidade social, por um lado, e o eclectismo estético-filosófico, por outro), a leitura subsequente tem momentos interessantes, sobretudo quando aborda os textos cronísticos.

Já no que respeita à análise das obras literárias, esperava-se mais originalidade e sobretudo maior distanciação crítica. Admitindo que o «humanismo ético», enquanto crença na capacidade humana de regeneração histórica e social, constitui motivo axiológico importante nesta fase de Eça, transformá-lo em chave interpretativa de toda a obra (cronística e ficcional) traduz um desejo de coerência que carece de maior sustentação. Poderão os pusilânimes heróis de *A Cidade e as Serras* e d' *A Ilustre Casa de Ramires* erigir-se em modelos aristocráticos do futuro Portugal moderno, resultado do equilíbrio reencontrado entre passado e presente, entre revolta e aceitação? Poderá a inconsistência, o desajustamento civilizacional ou histórico que fazem a originalidade pitoresca destas figuras reduzir-se a um simples gesto estilístico, para delas extrair a faceta exemplar que também têm? E que dizer do par São Cristóvão-Fradique enquanto duplo ideal (ético e europeu) do homem novo

do século XX? Aceitamos, com alguma reserva, a simpatia universal (em São Cristóvão) como energia propulsora de um socialismo utópico; mas dificilmente conseguiremos ver o interessante e frívolo Fradique como «síntese suprema de todos os homens (...), de todos os poderosos e distintos, de todos os cren-tes, de todos os servos e trabalhadores» (p. 188).

Há sem dúvida um impulso de positividade nas últimas obras de Eça — a denúncia das injustiças, o desejo de progresso social, a apologia da igualdade e da santidade — e M. R. oferece-nos expressivas páginas em abono deste ponto de vista. Há igualmente um debate de sentido construtivo em torno da crise de valores sociais, morais e culturais. Mas será necessário mais do que boa vontade para detectar uma «visão máxima do humanismo» (p.154) na famosa fórmula da Felicidade que iludira Jacinto, n' *A Cidade e as Serras*. Fica-nos, ao invés, a impressão indelével de que nenhuma personagem alcança consistência suficiente para sustentar as teses ou as injunções que se lhes quer atribuir — essas ou outras, mesmo as contrárias, deve acrescentar-se.

M. R. não ignora a tensão dialéctica que as obras ficcionais de Eça manifestam, mas prefere observar a síntese construtiva, optimista, regeneradora. Está no seu direito. Tem, aliás, inteira razão ao demarcar-se quer dos adeptos do pessimismo geracional, quer dos nacionalistas. No entanto, os textos resistem à sua leitura euforizante e o

próprio Eça parece demasiado virtuoso no retrato traçado. Goste-se ou não, o cepticismo da maturidade é tão legítimo quanto a convicção da juventude; e a atitude irónica, lançando ambiguidade ideológica, não retira mérito intelectual e muito menos literário ao autor. Ao levar o «último Eça» demasiado a sério, não terá Miguel Real caído no mesmo logro de muitos dos leitores que critica?

Maria Helena Santana

AULA DE POESIA

EDUARDO PITTA

Lisboa, Quetzal, 2010

A publicação de um livro de crítica de poesia pode justificadamente colocar-se sob a égide daquele título com que T. S. Eliot resumiu os problemas que poesia e crítica arrastam, na sua tão-só existência: «The Use of Poetry ant the Use of Criticism». Há mesmo uma função da poesia e, correlatamente, da crítica de poesia? Como é sabido, um dos traços definidores do *ethos* da tribo da poesia, que são sempre muitas apesar da popularidade de máximas como «A poesia é só uma», é o volume de ressentimento ou indignação com que ela reage ao silêncio público em torno do objecto da sua paixão, silêncio esse que, na narrativa dominante, é o produto de uma conspiração mediática visando apagar ou rasurar do espaço público essa muito peculiar contestação da economia